

A sombra da escravidão

16-01-2010

José Carlos Nunes Barreto *

Na busca por entender melhor a desigualdade social no Brasil, o doutor Adalberto Cardoso, do IUPRJ, revisita a história social do trabalho na Nação, em publicação intitulada “escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social” no Le Monde Diplomatique número 30.

Nele, algumas hipóteses sociológicas surgem, ao se descortinar o padrão de incorporação de trabalhadores no Genesis da ordem capitalista no País. A marca profunda no imaginário e nas práticas sociais teve na escravidão de 400 anos seu lastro, e perdura até hoje.

Não é difícil, principalmente para os afro-brasileiros, constatar suas conclusões, qual sejam, uma hierarquia social de grande rigidez e muita desigualdade pouco vazada pelos não brancos; a dificuldade que gerações sucessivas tiveram, e ainda tem, para se livrar deste paradigma, que contribui para uma imagem depreciativa do povo; a construção de uma ética do trabalho degradado, uma vez que somente para escravos ou negros, além da indiferença moral das elites ante as carências da maioria.

O autor mostra que a história social do trabalho sofreu profunda revisão no Brasil nas últimas duas décadas, como resultado da exploração inovadora de antigos documentos, e de pesquisa estável em diferentes instituições acadêmicas inclusive aquelas fora do eixo São Paulo - Rio. E esta revisão bibliográfica reconhece a escravidão como momento inicial da história do trabalho no País, cabendo ressaltar que antes da revisão, se considerava a imigração européia como tal, apesar de ocorrida centenas de anos depois.

Florestan Fernandes apesar da estatura de seu trabalho, focou suas investigações sobre o destino marginal dos ex-escravos, por isso apenas tangenciou a questão. Celso Furtado a elaborou melhor ao estudar o porque da hipótese de São Paulo ser considerada o berço do capitalismo brasileiro, erroneamente desvinculado do resto do País, em virtude de nos anos 50, os capitais liberados pelo café, terem financiado a consolidação do capitalismo. Observou-se um mercado de trabalho desigual, caracterizado pela lenta incorporação dos negros e seus descendentes, apesar da distante ordem escravocrata.

Alguns traços de violência, absorvidos ao longo do tempo pela sociedade do trabalho brasileira, mostradas neste precioso ensaio, cunham o termo “escravos modernos” no cenário em que “senhores” mantêm coletividades inteiras de escravos, algo explicado pela dialética hegeliana como de “subordinação consentida”, em hoje que nossos fiscais do trabalho ousam libertar tais vítimas da escravidão, que também são brancos, além negros e índios.

Cardoso cita Florestan e diz “na sociedade escravocrata prevaleceu a orientação para impedir todo florescimento da vida social organizada, entre os escravos e libertos”, o que joga luz sobre a decisão de importar trabalhadores europeus e dar-lhes a condição negada aos negros, de uma gleba de terra para produzir.

Concluo como o autor afirmando que houve uma grande inércia estrutural que teceu o ambiente de sociabilidade capitalista no Brasil, o qual teve de se haver com um ordenamento social muito mais rígido que em outras partes do mundo, com a desqualificação do negro e do elemento nacional como trabalhadores aptos à lide capitalista - o que a literatura tradicional sobre o tema não estava disposta a reconhecer, até que sopraram os ventos benfazejos desta revisão.

* Professor doutor